



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ESPECIALIZADOS EM COMUNICAÇÃO PERMANENTE
DE DADOS, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. TRF2-EOF-2016/00040

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____ estabelecida na _____, nº ____ - _____ - _____/____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) Representante Legal, Sr(a). _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2016/00040, em consequência do Pregão Eletrônico nº 022/2016, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/2016, através do despacho nº TRF2-DES-2016/____, lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços de comunicação permanente de dados, visando à interligação da rede de computadores deste E. Tribunal à da DATAPREV*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de comunicação permanente de dados, visando à interligação da rede de computadores deste E. Tribunal à da DATAPREV, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 022/2016 e seus Anexos I e II, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - Especificações gerais dos Serviços:

2.1.1 - Instalação de 01 (*um*) circuito de dados MPLS com velocidade mínima de 02 Mbps (*dois Megabits por segundo*).

2.1.2 - Fornecimento e instalação dos modems (ECDs) e demais equipamentos necessários à conexão, sendo estes de propriedade da Contratada e devendo ser retirados ao término do Contrato.

2.1.3 - O circuito de dados deverá ser instalado nas dependências do Contratante sediado na Rua do Acre, 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ e permitir a interligação com a rede MPLS da DATAPREV, fornecida pela Operadora OI S/A na cidade do Rio de Janeiro.

2.1.4 - A Contratada deverá manter uma Central de Atendimento, com funcionamento 24 (*vinte e quatro*) horas por dia, 07 (*sete*) dias por semana, sendo a ligação telefônica através de "0800" ou ligação local.

2.1.4.1 - A Central de Atendimento será responsável por receber as solicitações de abertura de chamado, de resolução de problemas, de esclarecimento de dúvidas, bem como pelo acompanhamento das solicitações;

2.1.4.2 - Nas aberturas das solicitações deverá ser atribuído um número de ocorrência, que servirá como referência para acompanhamento;

2.1.4.3 - É imprescindível que os profissionais de atendimento da Contratada conheçam os serviços contratados e estejam aptos a prestar informações básicas sobre os mesmos.

2.1.5 - A Contratada deverá prestar atendimento de solução de problemas, bem como observar o prazo de 30 (*trinta*) minutos para o primeiro retorno de atendimento.

2.1.6 - O Contratante irá fornecer as orientações técnicas necessárias para permitir a instalação e a execução dos serviços, equipe técnica para acompanhamento e demais informações (telefones de contato e *e-mails*) previstos neste Contrato.



2.1.7 - Serão utilizados os seguintes instrumentos formais de solicitação do(s) serviço(s):

2.1.7.1 - Chamado Técnico de forma eletrônica por meio de Central on-line;

2.1.7.2 - Chamado Técnico por meio telefônico para Central de Atendimento.

2.1.8 - Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante da Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

2.2 - Cronograma de Execução:

2.2.1 - A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação. O prazo em todas as etapas tem como referência inicial o fim da etapa anterior:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Reunião de Alinhamento de Expectativas	Em até 05 (cinco) dias corridos contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato
02	Instalação do circuito de comunicação de dados	No mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da ativação comercial
03	Ativação comercial do circuito de comunicação de dados	Ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES:

3.1 - DA CONTRATADA:

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.2 - Fornecer e instalar toda a infraestrutura e materiais necessários para a instalação do circuito privativo (*link*).

3.1.2.1 - Caso a Contratada não possa fornecer o serviço através da sua própria infraestrutura, poderá subcontratá-lo junto a outra empresa, conforme previsto no art. 72 da Lei n.º 8.666/93. A subcontratação, o fornecimento do serviço e os chamados para manutenção em caso de falhas serão de inteira responsabilidade da Contratada;



3.1.2.2 - No caso de subcontratação esta condição deverá ser explicitamente informada por escrito, destacando-se os dados da empresa subcontratada;

3.1.2.3 - A subcontratação prevista no subitem 3.1.2.1 deverá se restringir ao fornecimento e instalação de toda ou parte da infraestrutura e dos materiais necessários para a efetivação do circuito privativo (link).

3.1.3 - Efetuar todas as configurações necessárias nos equipamentos de sua propriedade, a fim de permitir à execução e a prestação dos serviços.

3.1.4 - Realizar as instalações, assumindo todos os custos e quaisquer outras responsabilidades decorrentes de condições especiais de instalação, que porventura os equipamentos possam exigir.

3.1.5 - Garantir banda disponível no circuito de acesso e desempenho da conexão entre os roteadores nas redes do Contratante e da DATAPREV, observando os índices mensais de desempenho obrigatórios no decorrer do Contrato, discriminados abaixo:

3.1.5.1 - Latência mínima de 110 ms;

3.1.5.2 - Perda de pacotes máxima de 2 % (*dois por cento*);

3.1.5.3 - Disponibilidade mínima de 98 % (*noventa e oito por cento*).

3.1.6 - A Contratada se responsabilizará na prestação do serviço em:

3.1.6.1 - Manter a qualidade e o desempenho do serviço;

3.1.6.2 - Atender às reclamações do Contratante sobre falhas no serviço, concedendo desconto nos casos discriminados no item correspondente, em consonância com o subitem 4.3.7 da Cláusula Quarta deste Contrato;

3.1.6.3 - Fazer diagnóstico das falhas no serviço relatadas pelo Contratante, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade;

3.1.6.4 - Atender a reclamações ou pedidos de esclarecimento do Contratante sobre cobrança do serviço.

3.1.7 - Disponibilizar todas as informações necessárias para que a equipe técnica do Contratante, responsável pelo gerenciamento dos serviços contratados, realize seu acompanhamento de rotina.

3.1.8 - Efetuar o gerenciamento e a manutenção, não sendo permitido qualquer tipo de acesso ou alteração nos equipamentos da rede interna do Contratante e da DATAPREV.



3.1.9 - Notificar o Contratante, com antecedência mínima de 05 (*cinco*) dias, a necessidade de ser efetuada qualquer manutenção preventiva que afete a disponibilidade dos serviços contratados.

3.1.10 - Prestar atendimento e suporte dentro dos níveis de rapidez e eficiência acordados, para toda e qualquer ocorrência que altere o andamento normal dos serviços objeto deste Contrato.

3.1.11 - Caberão à Contratada as responsabilidades resultantes deste Contrato, da Lei n.º 9.472/97, do termo de concessão ou autorização emitido pela ANATEL e das demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados.

3.1.12 - Todos os equipamentos e os circuitos de comunicação de dados fornecidos pela Contratada, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer, rigorosamente, às normas e recomendações em vigor, elaboradas por:

3.1.12.1 - Órgãos oficiais competentes;

3.1.12.2 - Entidades autônomas reconhecidas na área: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);

3.1.12.3 - Entidades de padrões, reconhecidas internacionalmente - ITU-T (*International Telecommunication Union*), ISO (*International Standardization Organization*), IEEE (*Institute of Electrical and Electronics Engineers*), EIA/TIA (*Electronics Industry Alliance and Telecommunication Industry Association*).

3.1.13 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de dolo ou erro dos serviços objeto do Contrato, que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante.

3.1.14 - Iniciar a execução das atividades de implantação dos serviços, em consonância com os prazos definidos neste Contrato.

3.1.15 - Manter a qualidade dos serviços dentro dos padrões estabelecidos no presente Contrato.

3.1.16 - Fornecer todos os equipamentos necessários em conformidade com o estabelecido neste Contrato, ressaltando que os custos deverão estar inclusos no preço contratado, conforme previsto no subitem 4.1.3 da Cláusula Quarta, inclusive no tocante à sua desativação e retirada ao término do Contrato.



3.1.16.1 - Os equipamentos mencionados no subitem anterior poderão ser fornecidos em comodato.

3.1.17 - Cumprir fielmente o Contrato, de modo que os serviços avençados se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, conforme estipulado no presente Contrato.

3.1.19 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução n.º 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.19 - A Contratada compromete-se a utilizar o mesmo cuidado e discrição para impedir a divulgação, publicação, ou disseminação das informações, ditas confidenciais, fornecidas pelo Contratante, quanto o que usaria para informações similares de sua propriedade que não desejasse divulgar, publicar ou disseminar.

3.1.20 - A Contratada poderá divulgar as informações, ditas confidenciais, dentro de suas instalações para aqueles que tiverem necessidade de conhecê-la. Caso tenha o consentimento por escrito da parte proprietária da informação, poderá divulgá-la para uma terceira parte, desde que esta necessite da informação para desempenhar algum tipo de serviço para a Contratada ou para o Contratante, sem prejuízo das demais condições impostas nesta contratação.

3.1.21 - A Contratada deverá cientificar a seus empregados a observância obrigatória ao Código de Conduta, nos termos da Resolução n.º 147, de 15/04/2011, do Conselho da Justiça Federal, e da Portaria n.º CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

3.2 - DO CONTRATANTE:

3.2.1 - Prover a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, climatização e alimentação de energia, ficando excluídos desta obrigação qualquer outro tipo de equipamento necessário à conexão do Contratante ao *backbone* da Contratada, os quais, se necessários, ficarão a cargo da Contratada.

3.2.2 - Instalar e manter a rede interna dentro das especificações técnicas necessárias ao funcionamento dos circuitos.

3.2.3 - Disponibilizar uma caixa postal de nome `hostmaster@trf2.jus.br` que deverá ser usada para facilitar comunicações de interrupções programadas e outras de caráter



operacional, devendo toda interrupção para manutenções ser avisada pela mencionada caixa postal.

3.2.4 - Comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:

4.1 - DO PREÇO:

ITEM	CÓD. SIASG	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	25135	Prestação de serviços de comunicação de dados permanente, em conformidade com o Contrato.	12 meses		
02	13935	Instalação de 01 (um) circuito de dados MPLS com velocidade mínima de 02 Mbps	01		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO					

4.1.1 - O valor MENSAL estimado deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

4.1.2 - O valor GLOBAL estimado deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

4.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes ao serviço deverão estar incluídos no preço apresentado.

4.2 - DO REAJUSTE:

4.2.1 - Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$

R = Reajuste

I = N.º índice da data do reajuste

I_0 = N.º índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste



$P = \text{Preço a ser reajustado}$

4.2.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

4.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei n.º 10.192 de 14/02/01 e legislação superveniente ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

4.2.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

4.2.5 - A Contratada poderá exercer, perante o Contratante, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até a data da prorrogação contratual subsequente devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 4.2.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 4.2.2.

4.2.6 - Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

4.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.3.1 - O pagamento à Contratada será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, conforme a seguir:

4.3.1.1 - Quanto ao ITEM 01: **mensalmente**, a contar da ativação comercial no prazo de 05 (*cinco*) dias úteis contados a partir da apresentação do documento fiscal;

4.3.1.2 – Quanto ao ITEM 02: **em parcela única**, após a conclusão dos serviços de instalação do link, no prazo de 05 (*cinco*) dias úteis contados a partir da apresentação do documento fiscal;

4.3.1.3 - O pagamento referente ao mês de ativação ou de desativação dos serviços será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado como sendo de 30 (*trinta*) dias corridos;

4.3.1.4 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal n.º 691/84, alterada pela Lei n.º



3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

4.3.1.5 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

4.3.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras NUCOMP, (Rua Dom Gerardo, nº46, 12º andar), de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (duas) vias, **devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.gov.br**.

4.3.3 - Para fins do disposto no subitem 4.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

4.3.4 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

4.3.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480, de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007.

4.3.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 4.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.3.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

4.3.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

4.3.7 - Mensalmente, a Contratada apurará os tempos de indisponibilidade do serviço, considerando as ocorrências desde a zero hora do primeiro dia até às 24 (vinte e



quatro) horas do último dia do mês anterior ao da apuração e calculará o total do desconto a ser concedido. O valor do desconto pelo serviço não prestado será calculado pela fórmula a seguir, e ressarcido ao Contratante no documento fiscal dos serviços com vencimento no mês seguinte ao da apuração.

$$Desc = \frac{Tempo \times Preço}{1440}$$

onde:

Preço = Preço da assinatura mensal do serviço

Tempo = Número de períodos de 30 (trinta) minutos de interrupção

Desc. = Valor do desconto em Real (R\$)

4.3.8 - Para efeito do desconto, previsto no subitem anterior, o período mínimo de falha a ser considerado, será de 30 (*trinta*) minutos consecutivos. Os períodos adicionais de falhas, ainda que frações de 30 (*trinta*) minutos, serão considerados, para fins de desconto, como períodos inteiros de 30 (*trinta*) minutos.

4.3.9 - O Contratante confrontará o documento fiscal do serviço com os dados existentes em seu sistema de monitoração e, caso sejam encontradas indisponibilidades e violações dos níveis de serviço superiores àquelas relatadas pela Contratada, o valor da diferença será glosado do documento fiscal, caso a Contratada não consiga justificar as diferenças.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 - **Provisoriamente** – Pelo **fiscal técnico**, a que se refere o item 10.1 deste Contrato, imediatamente após a conclusão dos serviços e depois de efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com os termos contratuais;

5.1.2 - **Definitivamente** – Pelo **gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante**, discriminados no item 10.1 deste Contrato, no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais e consequente aceitação.



5.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelos responsáveis acima mencionados, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços/equipamentos, após comprovada a adequação do objeto aos termos deste Contrato.

5.3 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couberem, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPOG n.º 04, de 12/11/2010 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

5.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços/equipamentos foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação, por escrito, à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.5 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	PTR	Notas de empenho
02.061.0569.4257.6013	33.90.39.97	085.391	2016NE_____

6.2 - Na parcela referente ao exercício de 2017, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:

7.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;



d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

7.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

7.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

7.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.6 - Se as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

7.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

7.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93.

7.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/04-TRF-2ª RG, de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

7.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

7.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

7.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a



proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

7.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei n.º 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato também poderá ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 022/2016 e seus Anexos I e II;
- b) Proposta datada de ____/____/2016, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada à fl. ____ do Processo.



9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 - O Contratante designará, além de **01 (um) servidor como gestor do Contrato, a Equipe de Gerenciamento da Contratação, formada por 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

10.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

10.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contado a partir da ativação comercial, prevista no item 11.2, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

11.2 - A ativação comercial deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (*sessenta*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, devendo o circuito estar instalado e disponível para uso com, no mínimo, 10 (*dez*) dias de antecedência.

11.2.1 - Após a ativação comercial, a Contratada deverá enviar documento comprovando a ativação, devidamente aceito pelo setor técnico do Contratante.

11.3 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

11.4 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.



11.5 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

11.6 - A resposta da Contratada terá caráter irrevogável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.7 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

12.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

12.2 - A garantia de que cuida o item anterior deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

12.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

12.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

12.5 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item anterior por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

12.6 - O valor da multa moratória decorrente do atraso na entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

12.7 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e mantê-la **válida e atualizada**.

12.8 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

12.9 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.



12.10 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

12.11 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei n.º 8666/93.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis n.º 10.192 de 14/02/2001 e Lei n.º 9.069 de 29/06/95.

14.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados do contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei n.º 9.648 de 27 de maio de 1998.

14.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Dom Gerardo, nº46, 12º andar), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.



